

Parceria dinamiza execução fiscal no Estado

Associação Mineira de Municípios facilita adesão ao programa

O programa *Execução Fiscal Eficiente*, do Tribunal de Justiça (TJMG), ganhou, ontem, mais um reforço, com a assinatura de convênio com a Associação Mineira de Municípios (AMM). A cerimônia, no gabinete da presidência, contou com a participação de 15 prefeitos, diretores da associação e representantes de entidades que já integram a cooperação *AMM nos Municípios*. Assinaram o documento o presidente do TJ, desembargador Herbert Carneiro, e o prefeito de Moema e presidente da AMM, Julvan Rezende Araújo Lacerda.

De acordo com o presidente Herbert Carneiro, com a adesão o Tribunal estabelece outra parceria para oferecer ao jurisdicionado e aos agentes públicos alternativas à judicialização e agilidade na solução de impasses. “Meios como a cobrança por intermédio de protesto e a conciliação são rápidos e descomplicados. Além disso, têm a vantagem da pacificação social e evitam que novas ações ingressem no Judiciário. A capilaridade da AMM vai permitir que a inovação no tratamento das execuções chegue aos confins de Minas Gerais”, afirma.

Parceria oferece ao jurisdicionado e aos agentes públicos alternativas à judicialização e agilidade na solução de impasses

Para ele, com o *Execução Fiscal Eficiente*, que tem como objetivo solucionar o congestionamento das ações relacionadas a dívidas fiscais, o uso de fórmulas sempre repetidas deu lugar às soluções criativas e inovadoras. A proposta decorre da verificação de que, frequentemente, os custos operacionais do processo, abrangendo as despesas das prefeituras e do Poder Judiciário, superam o próprio valor do crédito fiscal.

INTERCÂMBIO - O termo de cooperação técnica, segundo o presidente do TJMG,



Presidente Herbert Carneiro frisou que o Conselho Nacional de Justiça vem insistindo na redução dos acervos de execuções fiscais

é mais uma prova de que o Judiciário procura se envolver com entidades parceiras para melhor servir o cidadão e que a instituição vem cumprindo com sucesso a Meta 3/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de reduzir em 20% o acervo de execuções fiscais. “Com o *Execução Fiscal Eficiente*, promovemos um intercâmbio que facilita a interlocução com os prefeitos, combate o excesso de judicialização e vai muito além do formalismo legal. É um gesto de responsabilidade social”, pontuou.

O presidente da AMM, Julvan Lacerda, destacou que celebrar a parceria significa oferecer condições melhores para os prefeitos desempenharem suas funções e servirem ao público, uma vez que os maiores prestadores de serviços, segundo ele, são os municípios, mas as receitas se concentram na União. Segundo ele, o programa *Execução Fiscal Eficiente*, por gerar receita, pode fazer com que os prefeitos deixem de ser meros executores de iniciativas desenvolvidas por outros para planejar e gerir recursos com o conhecimento que têm da realidade local, sem deixar de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele citou outra vantagem do modelo proposto pelo TJMG, que é a celeridade na resolução de dívidas. “Quantias frequentemente de pequeno valor, relativas a tributos e taxas, dão origem a processos que tramitam com lentidão. Essa possibilidade é importante, porque muitas vezes assumimos débitos e respondemos por processos que foram iniciados por outros gestores que nos antecede-

ram”, esclareceu. Além disso, afirmou, com a crise, o Executivo municipal é um dos setores mais impactados,” explicou o político.

RESULTADOS - Graças à cooperação, ainda neste ano, a juíza Luzia Peixoto, representando o TJMG, vai participar do evento *AMM nos Municípios - Encontro nas Macrorregiões*. A magistrada apresentará projeto para auxiliar os gestores do Executivo a recuperar, sem necessidade de ajuizar ações, valores devidos aos entes públicos. Estão previstos encontros com comunidades de Ipatinga, na região do Rio Doce (9/11); Catuti, na região Norte (24/11); e em Guimarães, no Alto Paranaíba (19/12).

A juíza ressalta que a cooperação vai potencializar o alcance da iniciativa do Tribunal, o que se reverte principalmente para a população, inclusive a de localidades distantes, onde muitas pessoas nem sequer sabem que podem negociar dívidas por meio da conciliação e evitar ações judiciais contra elas. “Estamos promovendo um esclarecimento dos gestores municipais e dos cidadãos, e isso é atuação da Justiça que permite reduzir o desperdício de recursos públicos”, argumenta.

O objetivo do projeto é aproximar os municípios integrados à AMM e entidades parceiras, levando aos responsáveis pelas políticas públicas qualificação técnica e institucional, promovendo a troca de experiências e conhecimento. A colaboração entre a associação e o TJMG prevê auxílio

mútuo na divulgação e realização de palestras e encontros técnicos para capacitação dos agentes públicos municipais e a apresentação da metodologia do *Execução Fiscal Eficiente* a todos os municípios.

PRESENCAS - O presidente do Tribunal de Contas (TCE-MG), conselheiro Cláudio Couto Terrão, parceiro do TJMG no programa *Execução Fiscal Eficiente*, também esteve na solenidade. Além dele, compareceram o 1º vice-presidente e superintendente judiciário, desembargador Geraldo Augusto; o 3º vice-presidente e coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (Nupemec), desembargador Saulo Versiani Penna; a vice-corregedora-geral de Justiça, desembargadora Mariangela Meyer; o vice-presidente da AMM e prefeito de Pirajuba, Rui Gomes Nogueira Ramos; o superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga; o desembargador Maurício Torres Soares, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis); os juízes auxiliares da Presidência, Antonio Carlos Parreira, Carlos Donzietti Ferreira da Silva e Luzia Divina de Paula Peixoto; os defensores públicos Gério Patrocínio (assessor institucional, representando a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard), e Eduardo Cyrino Generoso; e o diretor de Relações Institucionais do CREA/MG, engenheiro Luiz Gonzaga Chaves Campos.

PÁGINA PREPARADA PELO CENTRO DE IMPRENSA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



REGULARIZE
Meio Ambiente • MG

Fique em dia com o Meio Ambiente!

Faça sua adesão
até 30/11/17

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/>